

L E I Nº 1.703/90

Data : 05 de dezembro de 1990.

Súmula: Dispõe sobre a Taxa de Saúde, o Fundo Especial de Serviços Sanitários – FESSAM e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Fica instituída a taxa de saúde, devida para atender despesas resultantes de atividades prestadas pelo Município em Vigilância Sanitária e Saneamento Básico, constante da tabela anexa.

Art. 2º - O contribuinte da taxa é pessoa física ou jurídica que se utilizar das atividades referidas no artigo anterior.

Art. 3º - A taxa será recolhida de acordo com os valores estipulados na tabela referida no artigo primeiro.

§ 1º - Em relação ao pagamento da taxa será expedido recibo e procedida averbação no respectivo documento.

§ 2º - Os recibos de pagamento serão confeccionados em bloco e distribuídos pelo Departamento da Fazenda do Município, através de sistema de carga e descarga.

Art. 4º - A falta de pagamento da Taxa de Saúde, assim como o seu pagamento insuficiente acarretará a aplicação de multa de 100% (cem por cento) sobre o valor da taxa observadas as seguintes reduções:

I – 60% (sessenta por cento) do seu valor quando o pagamento do crédito tributário ocorrer até 30 dias a contar da notificação do lançamento;

II – 40% (quarenta por cento) do seu valor quando o pagamento do crédito tributário ocorrer até 60 dias a contar da notificação do lançamento.

§ 1º - Incidirá a correção monetária sobre os créditos tributários observados os coeficientes oficiais, tendo-se por termo inicial o mês seguinte ao que ocorrer a infração.

§ 2º - Em caso de não pagamento no âmbito administrativo, os créditos tributários correspondentes serão inscritos em dívida ativa do Município e sua cobrança judicial será processada.

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO FISCAL

Art. 4º - As normas ao procedimento administrativo fiscal para apuração de infração, lançamento de ofício e imposição de multas concernentes à Taxa de Saúde, bem como a forma de inscrição dos correspondentes créditos tributários em dívida ativa do Município e de sua cobrança, serão estabelecidos em Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo Único – Caberá em primeira instância de deliberação singular a revisão da legalidade do lançamento de ofício.

DO FUNDO ESPECIAL DE SERVIÇOS SANITÁRIOS MUNICIPAL – FESSAM

Art. 5º - Fica criado o Fundo Especial de Serviços Sanitários Municipal – FESSAM, com a finalidade de prover recursos para reequipamentos, material e realização de outras despesas de capital necessário aos serviços de Saúde Pública na área de Vigilância Sanitária e Saneamento Básico do Município.

Art. 6º - O “FESSAM” será constituído dos recursos advindos da receita proveniente da Taxa Sanitária.

Parágrafo Único – Integram ainda os recursos do “FESSAM”:

a) Auxílio, subvenção, ou dotações municipais, estaduais, federais ou privadas, específicos ou oriundos de convênios ou ajustes firmados pelo Departamento de Saúde e Serviço Social ou órgãos equivalentes;

b) recursos transferidos por entidades públicas ou particulares, dotações orçamentárias e créditos especiais ou adicionais que venham a ser por lei ou através de Decreto Municipal atribuídos ao FESSAM;

c) receita proveniente da aplicação de multa por infração dos Códigos Sanitários e legislação específicas;

d) o resultado da alienação de material ou equipamento pertencente ao FESSAM julgado inservível;

e) quaisquer outras rendas eventuais.

Art. 7º - Os recursos a que se refere o artigo anterior, parágrafo único e alíneas, serão depositados no BANESTADO, em conta especial sob a denominação de “Fundo Especial de Servidores Sanitários” – FESSAM, que será movimentada pelo Conselho Diretor do mesmo, e acordo com deliberação do mesmo, sob a forma de Resoluções.

Art. 8º - O saldo positivo do FESSAM, apurado em balanço, em cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte a crédito do mesmo Fundo.

Art. 9º - O FESSAM, será administrado por um Conselho Diretor, composto pelo Chefe do Poder Executivo, como Presidente Nato, do Diretor do Departamento de Saúde e Serviço Social como seu vice-presidente e um representante da Câmara Técnica Municipal de Vigilância Sanitária.

Art. 10 - O FESSAM é dotado de personalidade contábil, com escrituração geral independentemente de qualquer outro órgão.

Art. 11 - O Conselho Diretor, além de suas atribuições normais, excederá fiscalização nas aplicações normais, exercerá fiscalização nas aplicações que der aprovação, providenciando a responsabilidade funcional e a utilização e emprego desvirtuado dos bens adquiridos pelo FESSAM além da decorrente indenização, mediante desconto mensais em folhas de vencimentos após apuração ou inquérito.

Art. 12 - Fica o Poder Executivo, em conformidade com a Constituição Estadual, artigo 17, inciso III e do artigo 18, autorizado a estabelecer por Decreto o percentual das destinações e recurso referentes à Taxa de Saúde e demais receitas que constituem o “Fundo Especial de Serviços Sanitários Municipal.”

Art. 13 - O FESSAM terá o seu funcionamento/regulamentado no prazo de 60 (sessenta dias), por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 14 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 05 de dezembro de 1990.

José Fernandes da Silva
Prefeito Municipal

TAXA DE SAÚDE

HABITE-SE PARA RESIDENCIAS	Nº DE UPF
Residências de madeira com menos de 70 m ² de área construída	Isento
Residências de alvenaria com menos de 70 m ² de área construída	1
Residências de 71 a 99 m ² de área construída	2
Residências de 100 a 199 m ² de área construída	4
Residências de 200 a 300 m ² de área construída	6
Residências a partir de 300 m ² de área construída	10
OBS: Prédios de apartamentos e conjuntos residenciais, o cálculo de cobrança será por unidade, residências, obedecendo o critério de metragem de área construída e os respectivos percentuais.	

**LICENÇA SANITÁRIA A ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E
PRETADORES DE SERVIÇOS:**

Até 50 m ² de área construída	1
De 50 a 99 m ² de área construída	2
De 100 a 200 m ² de área construída	4
A partir de 200 m ² de área construída será cobrado 4 (quatro) U.P.F. mais 2 para cada m ² de área construída	
Mais de 10.000 m ² de área construída	30
Estabelecimento com mais de um piso, será cobrada a taxa por piso obedecendo	

o critério de metragem por área construída	
--	--

**APROVAÇÃO DE PLANTA PARA CONSTRUÇÃO DE ESTABELECIMENTOS
MÉDICOS – HOSPITALARES:**

Consultório e pronto-socorro	3
Hospitais: menos de 50 leitos	20
De 50 a 99 leitos	30
De 100 a 199 leitos	40
De 200 ou mais leitos	60
Inscrição de exame de habilitação profissional	1

<u>REGISTRO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL</u>	
Registro de diplomas	2
Registro de certificados	1
Expedição de certidões de assuntos especializados e de apostilas em documentos de habilitação profissional	1
Concessão de licença de baixa renda u de alterações contratuais que incidam sobre a responsabilidade técnica a propriedade e a licitação do estabelecimento profissional	2
Autorização anual para estocagem de entorpecentes e psicotrópicos	1
Expedição de guias de requisição de medicamentos	0,5
Termo de abertura, encerramento e transferências de livros	0,5
Exames e requerimentos de interessado de aparelho, utensílios e vasilhames destinados ao preparo, fabrico, conservação ou acondicionamento de alimentos	1
Análises bromotológicas prévias	10

UNIDADE PADRÃO FISCAL – A Unidade Padrão Fiscal mencionada nesta tabela é a do Município de Bandeirantes – PR.